

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
CONTRATO REF.ª Nº 33_ GPENAPOR_2022

ENTRE

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos

E

EME-Marketing & Eventos, Lda

SEDE: C. P. N.º 82, S. Vicente - Tel: (+238) 230 75 00 | Fax: (+238) 232 43 37 / 21 70 | E-mail: info@enapor.cv
PORTOS: PORTO GRANDE - Av. Marginal, C.P. 82 - Mindelo, S. Vicente - Tel: (+238) 230 75 00 | Fax: (+238) 232 14 33 | PORTO DA PRAIA - C.P. 87 - Santiago
- Tel: (+238) 260 90 60 | Fax: (+238) 263 38 99 | PORTO DA PALMEIRA - Sal - Tel: (+238) 241 13 48 | Fax: (+238) 41 13 48 | PORTO NOVO - Sto. António - Tel:
(+238) 222 12 54 | Fax: (+238) 222 12 54 | PORTO DO TERRAFAL - Vila do Terrafal - S. Nicolau - Tel: (+238) 236 10 50 / 16 77 | Fax: (+238) 236 13 26 | PORTO
VALE DE CAVALEIROS - Fogo - Tel: (+238) 281 21 13 | Fax: (+238) 281 12 64 | PORTO INGLÊS - Vila do Porto Inglês - Maio - Tel: (+238) 255 14 80 / 13 50 | Fax:
(+238) 255 13 50 | PORTO FURNA - Vila da Furna - Brava - Tel: (+238) 285 12 40 / 285 12 46 | Fax: (+238) 85 12 09 | PORTO DE SAL - Rei - CP N.º 29, Cidade
de Sal Rei - Boa Vista - Tel: (+238) 251 11 87 | Fax: (+238) 251 13 74.

CONTRATO REF.ª N.º 33_GPENAPOR_2022

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

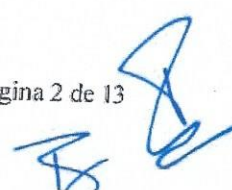
Entre;

ENAPOR – EMPRESA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS, S.A., com sede na Avenida Marginal, Cidade do Mindelo, Ilha de São Vicente, Detentora do Capital Social de 1.200.000.000\$00 (um milhar e duzentos milhões de escudos), que se encontra totalmente realizado pelos valores integrantes do seu património, Contribuinte n.º 200487264 (NIF), matriculada na Conservatória do Registo Comercial da Região de 1.ª Classe de São Vicente sob o n.º 1168, legitimamente representada neste ato pelo Eng.º **Ireneu Rosa de Azevedo Camacho**, solteiro, portador do BI n.º 129344, emitido pelo arquivo de Identificação Civil e Criminal de S. Vicente, titular do NIF: 165280263 e pela Dr.ª **Eneida Cristina Lima Gomes**, solteira, portadora do BI n.º 316103, emitido pelo arquivo de Identificação Civil e Criminal de S. Vicente, titular do NIF: 131610325, na qualidade Presidente do Conselho de Administração e Administradora Executiva, no uso das competências estatutárias, com poderes para obrigar, adiante designada **Primeira Outorgante**.

E

EME-Marketing & Eventos, Lda, com sede na Avenida de Santiago, Palmarejo, Ilha de Santiago, Cabo Verde, detentora do Capital Social de 6.075.347\$00 (seis milhões, setenta e cinco mil, trezentos e quarenta e sete escudos), contribuinte n.º 200098446 (NIF), matriculada na conservatória dos registos da Secção Comercial da Região da Praia, sob o nr.1278, representada neste acto pela sua Sócia-Administradora, Dra. **Maria da Ressurreição Graça**, casada, portadora do CNI n.º 199650404F006O, titular do NIF 100282180, adiante designada por **Segunda Outorgante**.

Entre as Outorgantes supra identificadas e nas respetivas qualidades, é de boa-fé e livre vontade, firmado e reduzido a escrito o presente contrato de prestação de serviço que se regerá pelos termos e condições das cláusulas seguintes:



Cláusula 1.^a

(Objeto)

O presente contrato tem por objeto a contratação de uma empresa gestora de eventos especializada em marketing e eventos para assumir toda organização do evento seminário 40º aniversário da Enapor.

Cláusula 2.^a

(Especificações do objeto)

A prestação de serviço objeto da presente contratação deverá obedecer as especificações constantes da proposta N.º 2022112 EV de 21 de setembro de 2022, compreendendo alguns dos seguintes serviços, além de outros que constituam seu desdobramento natural ou que lhes sejam complementares:

- Comunicação (impressão distribuição de convites, reconfirmação da presença, elaboração, distribuição de nota de imprensa e confirmação de presença dos media);
- Aluguer e decoração sala de conferência (aluguer da sala de conferências, equipada com som, painel decorativo para o fundo da sala, púlpito com banner personalizado com a imagem de marca do evento, conjunto de sofás, mesas de apoio e flores);
- Projeção, multimédia e registos (criação de ambientes de projeção, serviço streaming com difusão facebook, equipamento de som, internet, registo vídeo com duas câmaras com entrega do material sem edição, gravação áudio com entrega do registo em pen drive, registo fotográfico do seminário e do cocktail);
- Credenciação dos participantes (Fornecimento de dois Roll UP decorativos, Saco em algodão reciclado (150 g/m²) com alças de 65 cm, personalizado com o logo dos 40º anos, Caderno tamanho A5 com 70 páginas de papel liso reciclado e uma esferográfica de tinta azul, em cartão reciclado e peças de plástico biodegradável, Crachás de Identificação com fita timbrada com o logo da CVTI, Ficha de inscrição, Flyer tamanho A5, a cores, impresso frente e verso, com o programa do Seminário e informações dos oradores);
- Pessoal de apoio (Agentes rececionistas para apoio na sala, Agentes rececionistas para a credenciação dos participantes, Técnico de apoio (videoprojecção, som, luz), Mestre de Cerimónias durante todo o seminário, Polos 40º aniversário para todo o pessoal de apoio);
- Brinde para o participante (Garrafa ecológica);
- Catering (Serviço de água ecológico na sala, Pausa para o café período da manhã);

- Produção + Consultoria + Coordenação (Mão-de-obra, Logística, Comunicação, Transporte e Custos Administrativos).

Cláusula 3.^a
(Regime)

1. O preço a pagar é fixo, no que ambas as partes estão expressa e especialmente de acordo.
2. A Segunda Outorgante compromete-se a prestar o serviço objeto do presente contrato, pelo valor abaixo indicado na Clausula 4^a, sem direito a revisão de preços.

Cláusula 4.^a
(Preço)

O preço contratual pela gestão do seminário de 40º aniversário da Enapor, que alude a Cláusula 1.^a é de **1.280.780\$00** (um milhão, duzentos e oitenta mil e setecentos e oitenta escudos) o montante a ser acrescido do IVA (imposto sobre valor acrescentado) à taxa legal em vigor.

Cláusula 5.^a
(Faturação e Condições de pagamento)

1. A Primeira Outorgante liquidará a segunda outorgante, com a assinatura deste do presente do contrato, o montante de **768.468,00 ECV** (setecentos e sessenta e oito mil e quatrocentos e sessenta e oito escudos), uma soma equivalente a **60%** do preço global do contrato pela prestação de serviço de gestão do evento seminário 40º aniversário da Enapor, correspondentes ao adiantamento previsto.
2. Todo remanescente, correspondente aos **40%** do valor global proposto será liquidado mediante a entrega do relatório.
3. A Segunda Outorgante emitirá a(s) fatura(s) em nome da Primeira Outorgante, sendo esta(s) enviada(s) para ENAPOR, SA, Administração Central, Rua Avenida Marginal, CP. N° 82 – S. Vicente.

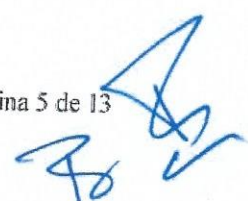
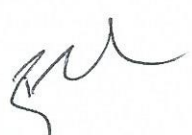
4. O pagamento da fatura será efetuado com a recepção da fatura, por meio de transferência bancária, para conta da Segunda Outorgante.
5. Existirá mora no pagamento sempre que o prazo estabelecido no número anterior seja ultrapassado, sem que a parte devedora demonstre que os valores faturados foram já irreversivelmente colocados à disposição da instituição bancária da parte credora;
6. Em caso de mora no pagamento, a Segunda Outorgante terá direito e sem demoras para a parte dos pagamentos considerados, de um juro à taxa legal, não podendo, no entanto, o total destes juros ultrapassar 30% (trinta por cento) do preço contratual.
7. A mora da Primeira Outorgante interrompe a contagem dos prazos a que ora se obriga a Segunda Outorgante, nomeadamente, para efeito de cálculo de penalizações.
8. Em caso de discordância por parte da Primeira Outorgante quanto ao valor indicado na fatura, deve esta comunicar à Segunda Outorgante, por escrito e no prazo de 3 (três) dias após receção da fatura, os respetivos fundamentos, ficando a Segunda Outorgante obrigada a prestar os esclarecimentos necessários, também por escrito, ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

Cláusula 6.ª

(Obrigações principais da Segunda Outorgante)

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente contrato ou nos outros documentos contratuais, da celebração do presente contrato decorrem para a Segunda Outorgante as seguintes obrigações:

- a) Executar os serviços discriminados na proposta adjudicada com pleno zelo;
- b) Manter, durante toda a execução do Contrato, a fim de cumprir com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitações e qualificações exigidas por Lei e respectivas normas técnicas, para garantia e segurança da qualidade do serviço;
- c) Respeitar toda legislação que lhe seja aplicável;
- d) Comunicar, de imediato, à Primeira Outorgante quaisquer conflitos de interesses ou de deveres que possam comprometer ou afetar o



- cumprimento integral das suas obrigações;
- e) Informar, de imediato, a Primeira Outorgante de quaisquer factos de que tenham conhecimento e que possam ser considerados objectivamente relevantes para o cumprimento integral das suas obrigações;
 - f) Garantir a execução deste contrato por sua equipe de profissionais, sendo permitida a subcontratação por parte da segunda outorgante, sob sua exclusiva responsabilidade;
 - g) Enviar para a primeira outorgante todos os materiais produzidos do objetivo deste contrato finalizados e em formato editável;
 - h) Responder a qualquer incidente ou reclamação suscitados pela Primeira Outorgante, relativamente aos serviços, objecto do presente contrato.

Cláusula 7ª

(Dever de boa execução)

1. A Segunda Outorgante fica sujeita, no que diz respeito à execução do presente contrato, às exigências legais e normativas do sector aplicáveis às matérias objeto do presente contrato.
2. A Segunda Outorgante desde já declara e garante que cumpre toda a legislação e regulamentação aplicáveis à atividade por si prosseguida e que está e estará na posse de todas as autorizações, alvarás e ou aprovações que, nos termos da lei e regulamentação que lhe sejam aplicáveis e se mostrem necessárias para a prossecução da atividade, bem como para o cumprimento das obrigações decorrentes deste contrato.

Cláusula 8.ª

(Força Maior)

1. Não podem ser impostas penalidades à Segunda Outorgante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respectiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe

fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou outras situações não controláveis pelas partes.
3. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior devem ser comunicadas à parte contrária no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar da data em que tenham tido conhecimento da ocorrência do mesmo;
4. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 9ª
(Obrigações da Primeira Outorgante)

A primeira Outorgante obriga-se a:

- a) Efetuar os pagamentos na forma e modo acordados;
- b) Comunicar a Segunda Outorgante sobre as reclamações feitas contra os seus colaboradores, bem como com relação a danos por eles causados;
- c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Segunda Outorgante, desde que necessárias para a prestação dos serviços ora contratados.
- d) Fornecedor à Segunda Outorgante toda a documentação solicitada para executar os serviços de maneira Criteriosa.

Cláusula 10ª
(Sigilo e confidencialidade)

1. A Segunda Outorgante obriga-se a manter a confidencialidade sobre toda a informação a que venha a ter acesso no âmbito do presente contrato desde que, a mesma não seja do conhecimento público e não lhe haja

sido comunicado por terceiros.

2. A segunda Outorgante não fará uso, ou permitirá que terceiro façam uso de quaisquer informação, dados ou outros conhecimento facultados ou aos quais tenham acesso por via e no âmbito do presente contrato, sem o prévio consentimento do primeiro outorgante.

Cláusula 11ª
(Documentos)

Os serviços serão executados de acordo com os seguintes documentos:

- a) O presente contrato.
- b) A proposta apresentada pela segunda outorgante.

Cláusula 12.ª
(Resolução do Contrato por parte da Primeira Outorgante)

A Primeira Outorgante pode resolver o presente contrato em caso de grave violação das obrigações contratuais por parte da Segunda Outorgante e ainda nos seguintes casos, sem prejuízo do direito de indemnização legalmente previsto:

- a) Razões de interesse público, mediante resolução fundamentada;
- b) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias, nos termos legais;
- c) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável à Segunda Outorgante;
- d) Incumprimento, por parte da Segunda Outorgante, de instruções transmitidas sobre matéria relativa à execução das prestações contratuais;
- e) Incumprimento, pela Segunda Outorgante, de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao presente contrato;

Cláusula 13.ª
(Resolução do Contrato por parte da Segunda Outorgante)

1. A Segunda Outorgante pode resolver o presente contrato em situações

de grave violação das obrigações contratuais, pela Primeira Outorgante, e ainda nas seguintes situações:

- a) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias;
- b) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável à Primeira Outorgante;
- c) Incumprimento de obrigações pecuniárias, pela Primeira Outorgante;
- d) Incumprimento, pela Primeira Outorgante, de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao presente contrato.


2. Nos casos previstos na alínea (c) do número 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração à Primeira Outorgante, produzindo efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração, salvo se a Primeira Outorgante cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

Cláusula 14.ª
(Efeitos da resolução)

1. Em caso de resolução do contrato pela Primeira Outorgante, por facto imputável à Segunda Outorgante, este fica obrigado ao pagamento de indemnização a que haja lugar nos termos gerais de direito.
2. Em caso de resolução do contrato pela Primeira Outorgante, por facto imputável à mesma, este fica obrigado ao pagamento de indemnização a que haja lugar nos termos gerais de direito.
3. A indemnização é paga no prazo de 30 (trinta) dias após a notificação para esse efeito, sem prejuízo da possibilidade de execução da caução prestada.

Clausula 15.ª
(Penalidades Contratuais)

1. Em caso de incumprimento objeto do presente contrato, haverá lugar à aplicação de penalidades nos termos legalmente estabelecidos.
2. A penalidade a aplicar consiste numa multa, e apenas se se verificar a



situação referida no ponto 1.

3. O valor da multa é calculado da seguinte forma:

- i) Multa diária de 1‰ (um por mil) do preço contratual, nos primeiros 10 (dez) dias;
- ii) Em cada período subsequente de igual duração a multa diária sofrerá um aumento para 2‰ (dois por mil) do valor do Contrato, sem, contudo, que na sua globalidade, possa exceder o limite máximo de 15% (quinze por cento) do preço contratual;

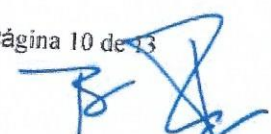
(a) As multas previstas nos pontos i) e ii) do número 3), serão descontadas de imediato no pagamento devido ou cobradas judicialmente, se for o caso;

a) Antes da aplicação de qualquer das penalidades as Outorgantes serão advertidos, sendo-lhes garantida o direito ao contraditório e à mais ampla defesa, através dos meios institucionais e legais disponíveis ao exercício pleno de tais garantias, devendo apresentar a sua defesa em 02 (dois) dias uteis, contados do recebimento da respetiva advertência escrita

b) A cobrança das eventuais sanções será feita através de desconto no pagamento à verificação do facto que tenha dado origem à penalidade ou por acionamento das garantias em poder da Primeira Outorgante.

Cláusula 16.^a
(Resolução de Diferendos)

- 1. Os eventuais diferendos ou litígios emergentes da interpretação, execução e incumprimento do presente contrato serão solucionados preferencialmente por negociação entre as partes, de boa-fé.
- 2. Na ausência de acordo relativo à questão controvertida, o diferendo ou litígio será dirimido pelo foro da Comarca de São Vicente, com renúncia expressa de qualquer outro.



Cláusula 17.^a
(Notificações/Comunicações)

As comunicações entre as partes serão feitas por escrito e apenas serão consideradas efetuadas através dos endereços, números de telefone e fax seguintes:

Primeira Outorgante:

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos,
S.A. Avenida Marginal, C.P. n.º 82, São Vicente - Cabo
Verde Tel.: +238 230 75 00

E mail: concursos.procurement@enapor.cv

Segunda Outorgante:

EME-Marketing & Eventos, Lda
Palmarejo, Ilha Santiago, Cabo Verde

Tel.: +238 2614939/15 Fax: +238 2611564

Email: eme@eme.cv

Cláusula 18.^a
(Lei aplicável)

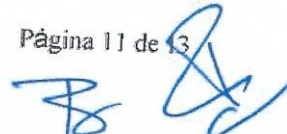
O presente contrato é regulado pela legislação cabo-verdiana em vigor, incluindo o Código da Contratação Pública e o Código Civil.

As Outorgantes declaram que aceitam o presente Contrato com todas as suas cláusulas, termos, condições e obrigações, das quais têm inteiro conhecimento e a cujo cumprimento se obrigam.

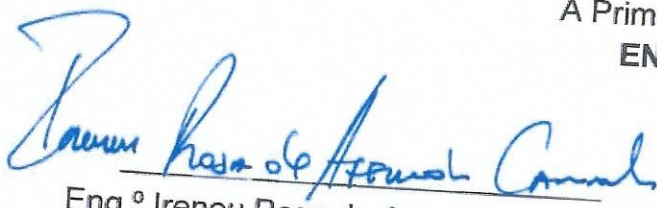
Este Contrato, constituído por 13 (treze) páginas, é feito em 2 (duas) vias, sendo uma para cada uma das partes e que são rubricados pelas partes.

Assim o outorgam.

Feito na Cidade do Mindelo, ao 17 dia do mês de agosto do Ano de Dois mil e

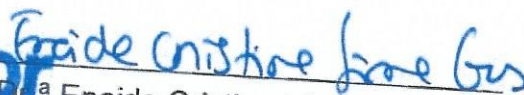


A Primeira Outorgante
ENAPOR, SA

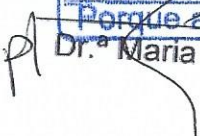


Eng.º Ireneu Rosa de Azevedo Camacho
Presidente do Conselho de Administração


Enapor
Portos de Cabo Verde


Dra.ª Eneida Cristina Lima Gomes
Administradora Executiva

A Segunda Outorgante
EME-Marketing & Eventos, Lda


EME-Marketing e Eventos, Lda
Porque as emoções criam-se
Dr.ª Maria da Ressurreição Graça